



ARTIGO



**A INTEGRAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS DESLOCADOS INTERNOS DO
TERRORISMO DO NORTE DE MOÇAMBIQUE NO CENTRO DE
ACOLHIMENTO DE MALICA**

***THE SOCIOECONOMIC INTEGRATION OF INTERNALLY DISPLACED PERSONS
FROM TERRORISM IN NORTHERN MOZAMBIQUE IN THE MALICA RECEPTION
CENTER***

***LA INTEGRACIÓN SOCIOECONÓMICA DE LAS PERSONAS DESPLAZADAS
INTERNAMENTE POR EL TERRORISMO EN EL NORTE DE MOZAMBIQUE EN EL
CENTRO DE ACOGIDA DE MALICA***

Por Edinilson Mário Moises & Joaquim Miranda Maloa

Edinilson Mário Moises

Licenciado em Ensino de Geografia pelo
Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e
Biociências da Universidade Rovuma -
Moçambique.

Orcid: 0009-0006-1925-271X.

E-mail: edinilsonmoises03@gmail.com

Joaquim Miranda Maloa

Professor Auxiliar do Instituto Superior de
Desenvolvimento Rural e Biociências da
Universidade Rovuma - Moçambique.

Orcid: 0000-0002-9277-2133.

E-mail: joaquimmaloa@gmail.com

Submetido: 20/10/2025

Aceite: 30/11/2025

Como citar: MOISÉS, Edinilson Mário;
MALOA, Joaquim Miranda. A integração
socioeconómica dos deslocados internos do
terrorismo do norte de Moçambique no centro
de acolhimento de Malica. **Boletim GeoÁfrica**,
v. 4, n. 13, p. 128-145, jul-dez 2025.



RESUMO

O artigo tem como objetivo compreender a *Integração socioeconómica dos deslocados do terrorismo*, tendo como foco o Centro de Acolhimento de Malica no distrito de Lichinga ao norte de Moçambique. O problema central reside na dificuldade dos deslocados em se reintegrarem numa nova realidade, marcada pela dependência da ajuda humanitária e pela escassez de oportunidades económicas. A justificativa da pesquisa baseia-se na necessidade de compreender os obstáculos e potencialidades da reintegração, visando contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes. A metodologia utilizada foi de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), com natureza básica e carácter exploratório. Foram aplicadas entrevistas aos 2 técnicos de Instituto Nacional de Gestão de Risco de Desastres (INGD) e 21 deslocados. Os resultados indicam que os principais desafios enfrentados pelos deslocados incluem o conflito no acesso à terra para a prática de agricultura, a falta de alimentação e a ausência de oportunidades de emprego. Verificou-se ainda a fraca presença de apoio financeiro estruturado. Conclui-se que a integração socioeconómica dos deslocados exige medidas coordenadas, políticas inclusivas e investimentos em formação e emprego, de modo a garantir sua autonomia e contribuir para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Deslocados. Integração socioeconómica. Terrorismo. Centro de Acolhimento.

ABSTRACT

The article aims to understand the socioeconomic integration of people displaced by terrorism, focusing on the Malica Reception Center in the Lichinga district in northern Mozambique. The central problem lies in the difficulty of displaced people in reintegrating into a new reality, marked by dependence on humanitarian aid and a lack of economic opportunities. The justification for the research is based on the need to understand the obstacles and potential for reintegration, aiming to contribute to the formulation of more effective public policies. The methodology used was a mixed approach (qualitative and quantitative), with a basic and exploratory nature. Interviews were conducted with 2 technicians from the National Institute for Disaster Risk Management (INGD) and 21 displaced people. The results indicate that the main challenges faced by displaced people include conflict in access to land for farming, lack of food and lack of employment opportunities. The presence of structured financial support was also weak. It is concluded that the socioeconomic integration of displaced persons requires coordinated measures, inclusive policies and investments in training and employment, in order to guarantee their autonomy and contribute to local development.

Keywords: Displaced persons. Socioeconomic integration. Terrorism. Reception center.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo comprender la integración socioeconómica de las personas desplazadas por el terrorismo, centrándose en el Centro de Recepción de Malica en el distrito de Lichinga en el norte de Mozambique. El problema central radica en la dificultad que tienen las personas desplazadas para reintegrarse a una nueva realidad, marcada por la dependencia de la ayuda humanitaria y la falta de oportunidades económicas. La justificación de la investigación se basa en la necesidad de comprender los obstáculos y potencialidades de la reintegración, con el objetivo de contribuir a la formulación de políticas públicas más efectivas. La metodología utilizada fue una mixta (cualitativa y cuantitativa), de carácter básico y exploratorio. Se realizaron entrevistas a 2 técnicos del Instituto Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres (INGD) y 21 personas desplazadas. Los resultados indican que los principales desafíos que enfrentan las personas desplazadas incluyen el conflicto por el acceso a la tierra para la agricultura, la falta de alimentos y la falta de oportunidades de empleo. También hubo una débil presencia de apoyo financiero estructurado. Se concluye que la integración socioeconómica de las personas desplazadas requiere medidas coordinadas, políticas inclusivas e inversiones en formación y empleo, para garantizar su autonomía y contribuir al desarrollo local.

Palabras clave: Desplazados. Integración socioeconómica. Terrorismo. Centro de recepción.



INTRODUÇÃO

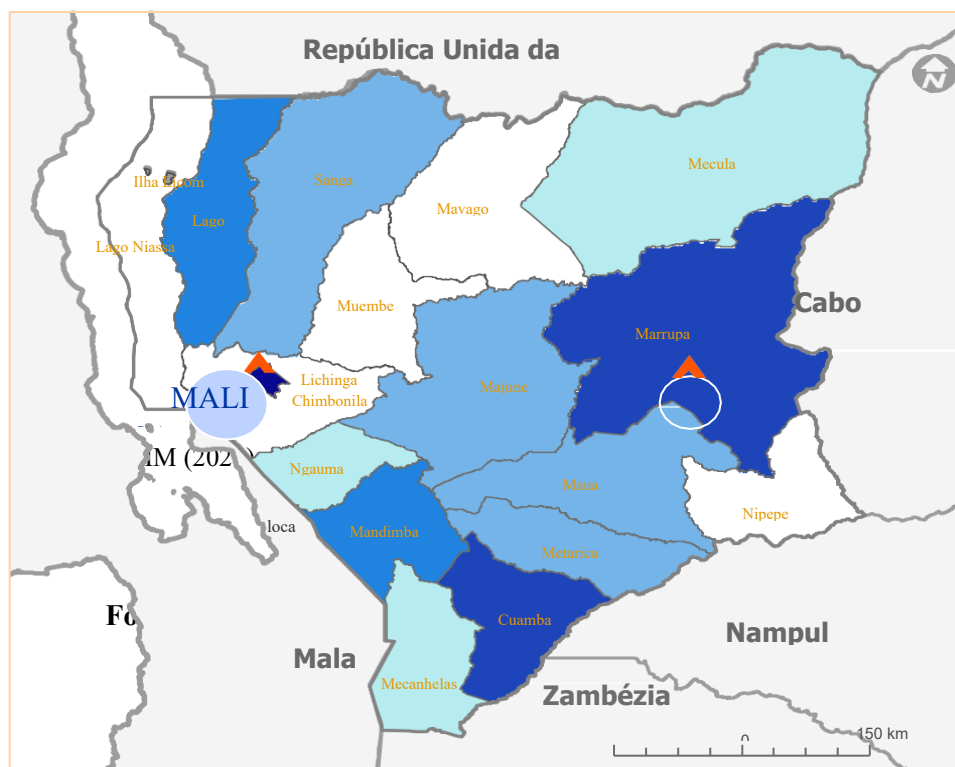
O Centro de Acolhimento de Malica, localizado no distrito de Lichinga, ao norte de Moçambique, foi criado para atender vítimas do terrorismo perpetrado pelo grupo “Al Shabaab” na província de Cabo Delgado, que provocou deslocamentos massivos de populações civis em busca de refúgio e segurança (Chichava, 2020; Feijó *et. al.*, 2022; Chingotuane *et. al.*, 2021). Essas pessoas passaram a ser designadas como deslocados internos, definidos como indivíduos ou grupos forçados a abandonar suas residências em decorrência de conflitos armados, violência generalizada, violações de direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais (Ohchr, 2019, *apud* Raquel, 2019). Ao serem realocados em centros como o de Malica, os deslocados internos enfrentam inúmeros desafios para reconstruir suas vidas, incluindo a integração social e econômica em novos contextos. Tal cenário evidencia a importância das políticas públicas, das redes de apoio comunitário e da capacidade local em acolher, incluir e promover o bem-estar sustentável dessas populações vulneráveis.

O problema central deste estudo reside na constatação de que, apesar dos esforços institucionais e comunitários, os deslocados enfrentam dificuldades significativas na reinserção socioeconômica, comprometendo seu desenvolvimento e o das comunidades de acolhimento. Nesse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: até que ponto as estratégias adotadas em centros como o de Malica têm sido eficazes na promoção de uma integração socioeconômica duradoura e digna? Essa problemática relaciona-se diretamente com as limitações financeiras do Governo em financiar ações humanitárias. O estudo busca compreender como o Governo, apesar das restrições orçamentárias, integra as vítimas do terrorismo, considerando que o conhecimento dessas dinâmicas é fundamental para aprimorar políticas de acolhimento e reintegração. Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar os mecanismos de integração socioeconômica dos deslocados acolhidos em Malica. Os objetivos específicos incluem: (i) identificar os principais desafios enfrentados no processo de integração; (ii) descrever as ações institucionais e comunitárias voltadas ao apoio aos deslocados; e (iii) propor estratégias que possam contribuir para uma reintegração mais eficaz e sustentável. Para tanto, adotou-se uma abordagem mista, permitindo a combinação de dados quantitativos e qualitativos. A amostra foi composta por 23 participantes, sendo 21 deslocados e 2 técnicos do Instituto Nacional de



Gestão de Risco de Desastres (INGD). A pesquisa foi realizada na localidade de Malica, situada no distrito de Lichinga, província do Niassa. Trata-se do maior centro de acolhimento da região, localizado ao norte da fronteira com o Posto Administrativo de Maniamba, no distrito de Lago e Sanga; ao sul, limita-se com o Posto Administrativo de Lussanhando; e a oeste, com os distritos de Sanga e a localidade de Meponda.

Mapa 1. Localização do Centro de Acolhimento de Malica



Fonte: OIM (2021).

Este artigo está estruturado em três (3) partes: Na primeira parte, a introdução: apresenta o contexto do estudo, abordando o surgimento do Centro de Acolhimento de Malica e a chegada dos deslocados internos devido ao terrorismo em Cabo Delgado. Explica o problema central da pesquisa, o objetivo- geral e específicos, a relevância do estudo e a metodologia adotada, incluindo a amostra e a delimitação geográfica. Na segunda parte explora os fatores que promovem a integração socioeconômica dos deslocados no Centro de Acolhimento de Malica, dando ênfase a análise dos elementos que favorecem a integração dos deslocados, como apoio financeiro, social, acesso à terra, agricultura e geração de renda. Examina dados



sobre subsistência, autonomia econômica, práticas culturais e tensões comunitárias, evidenciando tanto os recursos disponíveis quanto as limitações estruturais e na Terceira e última parte, explora os principais obstáculos enfrentados pelos deslocados na reintegração social e econômica, como insegurança alimentar, dificuldades de acesso a serviços básicos, escassez de emprego e conflitos com a comunidade local. Apresenta reflexões sobre a insuficiência das políticas públicas atuais e propõe estratégias de atuação conjunta entre governo, sociedade civil e parceiros humanitários para promover a inclusão, autonomia e dignidade dos deslocados.

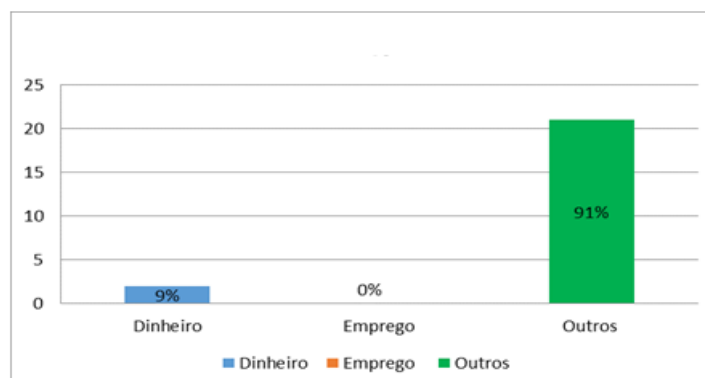
OS FACTORES QUE PROMOVEM A INTEGRAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS DESLOCADOS NO CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MALICA

Integrar significa, em português corrente, “tornar inteiro”. No campo da sociologia, o termo integração é utilizado em sentido semelhante, referindo-se ao conjunto de processos que constituem uma sociedade a partir da articulação de suas componentes, sejam elas indivíduos, organizações ou instituições. Essa articulação é dinâmica e nunca está totalmente concluída, de modo que qualquer sociedade pode colapsar caso haja a separação das partes que a constituem (Pires, 2012).

No contexto da integração socioeconômica, essa concepção envolve diversas dimensões, como o apoio financeiro, a assistência social, o acesso a fontes de renda, a disponibilidade de terra para cultivo e a valorização das potencialidades locais, especialmente considerando que a agricultura constitui a base da economia rural em Moçambique.

Os dados indicam que apenas 9% dos deslocados recebem algum tipo de apoio financeiro, enquanto a maioria (91%) depende de outras formas de assistência. Esses números evidenciam limitações econômicas significativas, que dificultam tanto a subsistência quanto a efetiva integração socioeconômica dessas populações

Gráfico 1. Forma de Apoio financeiro que os deslocados estão sujeitos

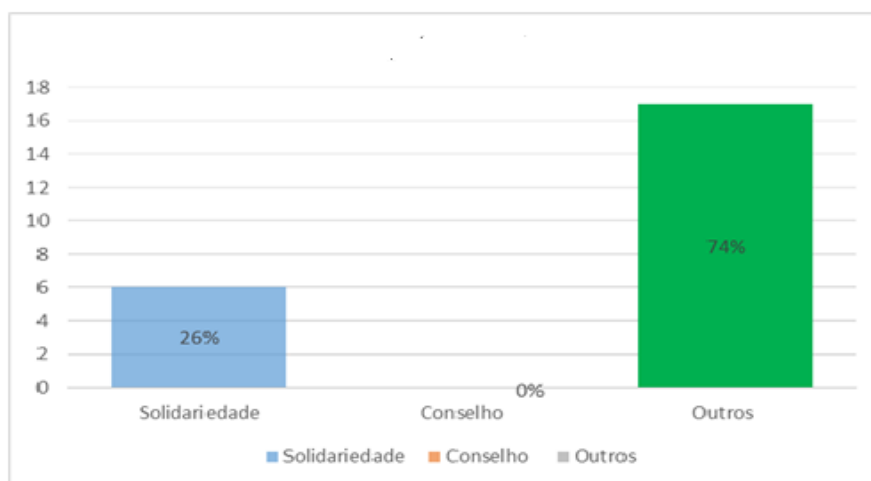


Fonte: Moisés; Maloa (2025).

De acordo com os dados apresentados, o fraco apoio financeiro reforça a precariedade e a dependência crônica da ajuda humanitária, contribuindo para a exclusão social, conforme apontam Zetter (2022) e Kibreab (2004). Nesse sentido, Kelley (2021) destaca que o acesso ao trabalho e à geração de renda é essencial para restaurar a dignidade e reduzir a vulnerabilidade; contudo, em Malica, tal acesso torna-se inviável diante da escassez de recursos financeiros. A ausência de apoio compromete o acesso a emprego, serviços básicos e oportunidades de geração de renda, elementos centrais para uma integração eficaz, segundo Ager e Strang (2008). Estudos recentes, como os de Caetano et al. (2022a), demonstram que essa carência limita iniciativas produtivas e agrava a insegurança alimentar. Assim, os dados reforçam a crítica à ausência de políticas públicas eficazes voltadas à autonomia dos deslocados. Para assegurar sua reintegração social e econômica, torna-se urgente a implementação de programas locais de transferência de renda, microcrédito e incentivo a pequenos negócios, uma vez que a falta de apoio financeiro ameaça diretamente a dignidade humana.



Gráfico 2. Forma de apoio social que os deslocados estão sujeitos

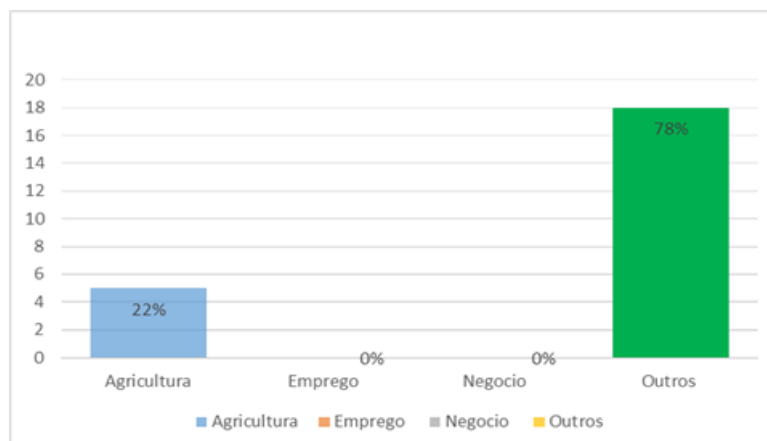


Fonte: Fonte: Moisés; Maloa (2025).

No âmbito da análise dos fatores que influenciam a integração socioeconômica dos deslocados, a pesquisa investigou a percepção dos beneficiários em relação ao apoio social recebido. Os dados indicam que 26% dos entrevistados relataram receber assistência de organizações humanitárias, enquanto 74% acessam outras formas de apoio social, evidenciando a diversidade de mecanismos de auxílio nos centros de reassentamento. Esses resultados corroboram Assane Uaniheque e Roaneque (2023), que destacam que a ajuda humanitária tem como objetivos aliviar o sofrimento, preservar a dignidade, salvar vidas e garantir serviços básicos essenciais.

No entanto, observações de campo revelaram uma carência significativa de assistência médica e problemas relacionados à segurança alimentar, sugerindo que o apoio disponível ainda é insuficiente para assegurar condições mínimas de sobrevivência e dignidade. A pesquisa também investigou as fontes de sustento dos deslocados, constatando que 26% dependem da agricultura, enquanto 74% recorrem a outras formas de renda, evidenciando a heterogeneidade das estratégias de sobrevivência adotadas pelos beneficiários.

Gráfico 3. Actividade rentável dos deslocados no Centro de Acolhimento de Malica

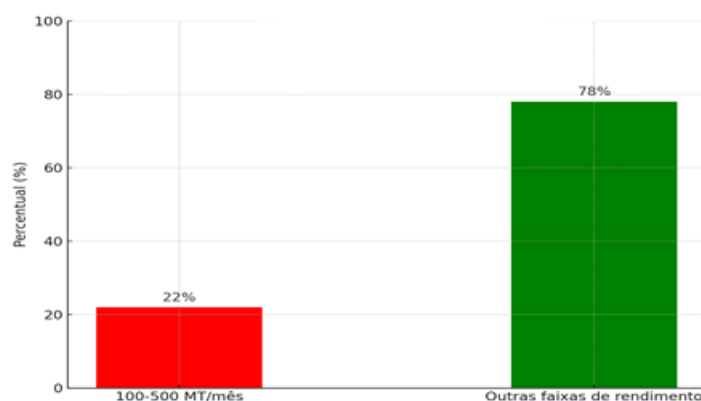


Fonte: Moisés; Maloa (2025).

A investigação sobre as fontes de renda dos deslocados revelou que apenas 26% obtêm sustento por meio da agricultura, enquanto 74% dependem de outras atividades. Apesar de limitada, a prática agrícola desempenha um papel significativo não apenas como meio de sobrevivência, mas também como elemento de reconstrução identitária, cultural e simbólica. Muitos deslocados provêm de zonas rurais, onde a agricultura já constituía um eixo central de seus modos de vida, tornando seu engajamento atual uma expressão de resiliência e continuidade cultural (Caetano et al., 2022b; Gonçalves, 2009).

Entretanto, o reduzido número de deslocados envolvidos na atividade agrícola evidencia a falta de acesso à terra, insumos e assistência técnica, agravada pela ausência de políticas públicas eficazes (Chihanhe; Mananze; Machava, 2022). Essa limitação compromete a segurança alimentar e a geração de renda sustentável. A dependência de fontes alternativas e informais de renda, observada em 74% dos casos, reforça a precariedade do sistema de acolhimento, levando muitos deslocados a recorrer a estratégias de sobrevivência instáveis (Kelley, 2021).

Gráfico 4. Renda mensal dos deslocados no Centro de Acolhimento de Malica

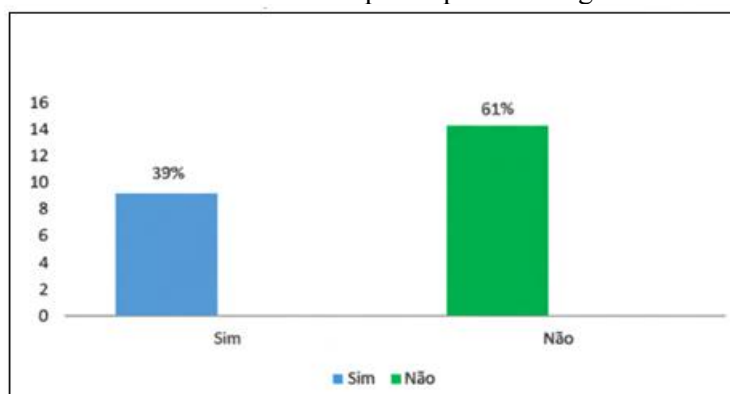


Fonte: Moisés; Maloa (2025).

A análise da renda mensal dos deslocados no Centro de Malica evidencia um cenário de extrema precariedade: 22% vivem com valores entre 100 MT e 500 MT, enquanto os demais apresentam rendimentos variados, refletindo a diversidade e a gravidade das condições econômicas enfrentadas. Tal situação evidencia a ausência de apoio financeiro consistente, dificultando o acesso a necessidades básicas, transporte e ao mercado formal, o que aumenta a dependência de ajuda humanitária instável (Caetano et al., 2022a). A baixa renda configura-se, portanto, como um obstáculo direto à subsistência digna e à autonomia dos deslocados.

Segundo Kelley (2021), a renda constitui um fator essencial para a integração social, ao possibilitar o acesso à habitação, saúde, educação e emprego. Contudo, em Malica, essa integração é comprometida pela escassez de oportunidades laborais, pela ausência de documentação e pela insuficiência de apoio institucional. Gonçalves (2009) destaca a formação profissional como um caminho para a inserção socioeconômica, mas tal medida ainda não se mostra efetiva neste contexto. Hatton (2017) acrescenta que os estigmas sociais e a origem socioeconômica desfavorável dos deslocados dificultam sua inclusão. Assim, sem intervenções estruturais — como acesso à terra, capacitação técnica e políticas públicas direcionadas, a exclusão e a vulnerabilidade social tendem a se perpetuar.

Gráfico 5. Acesso à terra para a prática de agricultura



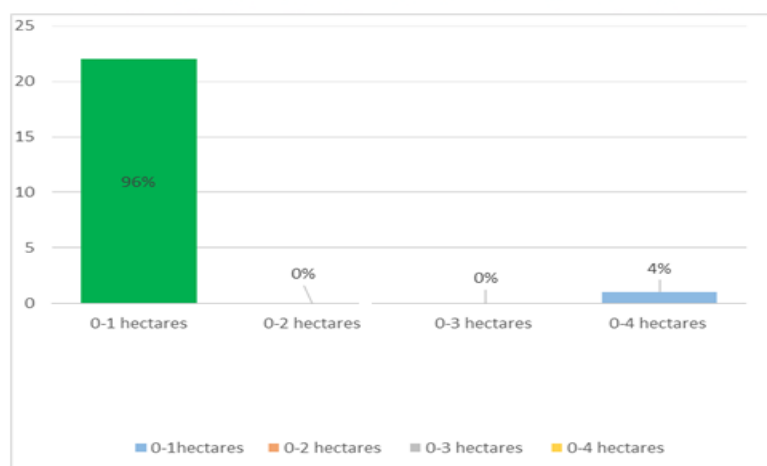
Fonte: Moisés; Maloa (2025).

137

A investigação sobre o acesso à terra para a prática agrícola entre os deslocados revelou um quadro preocupante: apenas 39% dos inquiridos possuem acesso a terras agrícolas, enquanto 61% não dispõem desse recurso essencial. Essa limitação constitui um dos principais entraves à autonomia alimentar dessas populações, dificultando a reconstrução de suas vidas e a reintegração social (Caetano et al., 2022b; Chihanhe; Mananze; Machava, 2022). O acesso à terra é fundamental para que os deslocados possam produzir seus próprios alimentos e gerar renda, reduzindo a dependência das organizações humanitárias e garantindo sua dignidade (Kelley, 2021). Além disso, o estudo demonstra que a maioria dos deslocados (96%) dispõe de pequenas áreas cultiváveis entre 0 e 1 hectare, enquanto apenas 4% têm acesso a terrenos maiores. Em um país onde a agricultura familiar constitui a principal fonte de subsistência para 95% da população, a ausência de políticas eficazes que garantam o acesso à terra compromete de forma significativa a segurança alimentar e o futuro dessas famílias (Gonçalves, 2009; Caetano et al., 2022b).

Negar o acesso à terra equivale a condenar os deslocados à miséria e à fome, evidenciando a urgência de medidas que assegurem esse direito básico, garantindo a sobrevivência e a dignidade dessas comunidades.

Gráfico 6. Dimensão das áreas de cultivo (Machamba)



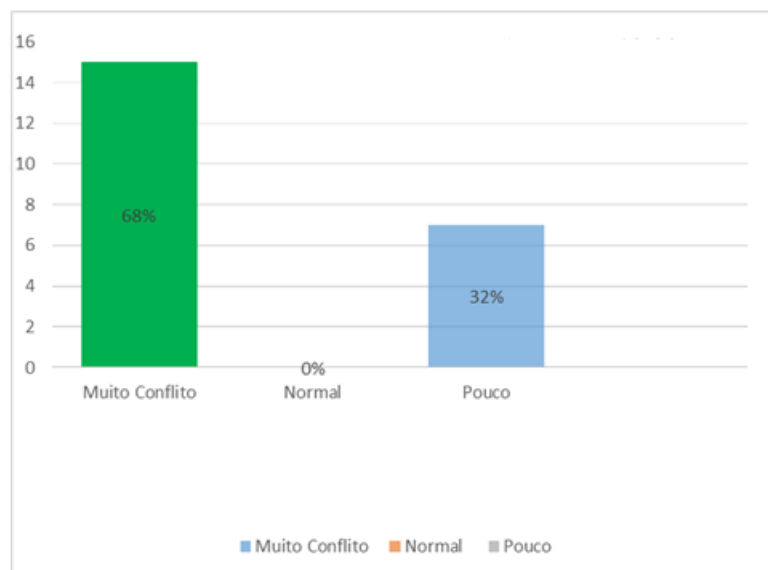
Fonte: Moisés; Maloa (2025).

Os dados indicam uma limitação significativa nos espaços de produção agrícola disponibilizados aos deslocados, comprometendo sua capacidade de gerar renda e garantir a própria subsistência. A maior parte das famílias deslocadas possui áreas muito reduzidas para cultivo, sendo que apenas 4% dispõem de terrenos entre 0 e 4 hectares, valor considerado mínimo para assegurar uma produção agrícola economicamente viável. A concessão de até 1 hectare poderia viabilizar o cultivo de alimentos para consumo próprio e a comercialização de excedentes, contribuindo para a recomposição da economia familiar, o acesso a produtos básicos e a transição gradual da dependência de ajuda humanitária para a autonomia financeira e alimentar.

Segundo Ager e Strang (2008), o acesso à terra, à moradia, à educação e ao emprego é essencial para a integração social dos deslocados, e a escassez desses recursos compromete severamente sua inclusão. Gonçalves (2009) enfatiza que a prática agrícola desempenha papel central na autoestima e independência dos deslocados, enquanto Chihanhe, Mananze e Machava (2022) apontam que a agricultura familiar sustenta aproximadamente 95% da população rural moçambicana. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas eficazes de reassentamento e distribuição de terra compromete diretamente a segurança alimentar, a dignidade e o processo de reconstrução das famílias deslocadas no Centro de Malica.



Gráfico 7. Conflito com a comunidade local no acesso a terras para a prática de agricultura.

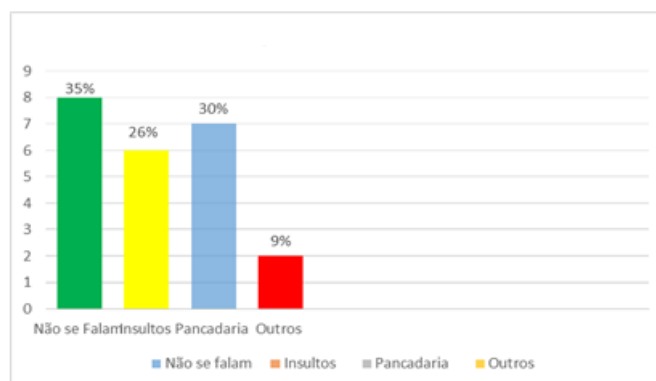


Fonte: Moisés; Maloa (2025).

Os dados indicam que 68% dos deslocados enfrentam conflitos com a comunidade local no acesso à terra destinada à agricultura, evidenciando uma disputa por recursos fundiários. Esse cenário é intensificado pela pressão crescente sobre a terra em distritos que acolhem grandes contingentes de vítimas do terrorismo, onde a população local frequentemente se opõe à cedência de terrenos. Conforme Artur (2024), o acesso à terra constitui um fator gerador de conflitos, especialmente em áreas em que os recursos já eram escassos para as famílias anfitriãs



Gráfico 8. Tipos de conflitos existentes no Centro de Acolhimento de Malica.



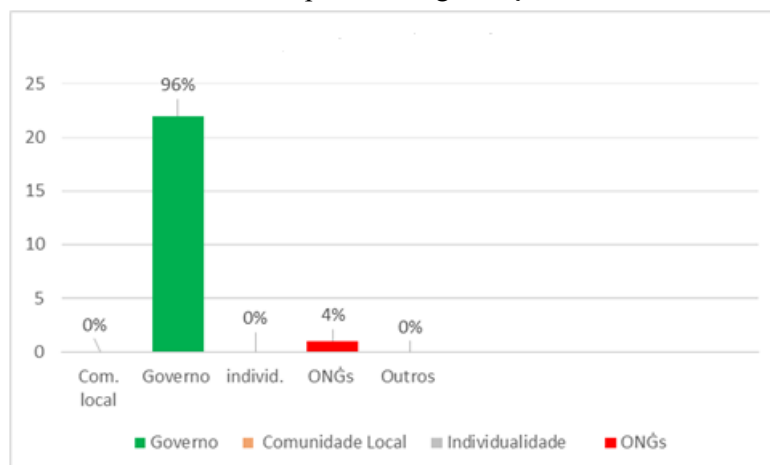
Fonte: Moisés; Maloa (2025).

A investigação realizada no Centro de Acolhimento de Malica identificou diferentes tipos de conflitos entre os residentes, sendo os mais frequentes o silêncio relacional (35%), seguido de agressões físicas (30%) e insultos (26%), enquanto uma minoria (9%) foi classificada como "outros". Esses conflitos, embora nem sempre explícitos, refletem tensões latentes entre deslocados e moradores locais, agravando o ambiente social do centro. A diversidade das formas de conflito indica problemas que transcendem o nível interpessoal, evidenciando condições estruturais desfavoráveis que contribuem para a instabilidade e dificultam a coesão social.

Conforme Mosca et al. (2024), fatores como pobreza persistente, exclusão socioeconômica, desigualdade e disputas por terra, especialmente em zonas rurais, alimentam essas tensões. A convivência forçada por mais de quatro anos em um mesmo espaço demonstra que os conflitos não são pontuais, mas resultado de uma conjuntura histórica e estrutural. Diante disso, a gestão dos centros de acolhimento deve ir além da prestação de assistência material, incorporando ações de mediação comunitária, fortalecimento de vínculos sociais e promoção do diálogo intercultural, como estratégias para prevenir a violência e fomentar a integração pacífica entre os grupos residentes.



Gráfico 9. Dimensão de apoio das organizações estatais e não estatais.



Fonte: Moisés; Maloa (2025).

Os dados indicam que o apoio aos deslocados internos em Moçambique é majoritariamente providenciado pelo governo, que responde por 96% da assistência, enquanto as organizações não governamentais (ONGs) contribuem com apenas 4%, sendo nula a participação direta da comunidade e de indivíduos. Essa concentração evidencia a forte presença estatal na resposta à crise, em conformidade com a Resolução n.º 42/2021, a qual estabelece diretrizes nacionais para a gestão dos deslocamentos internos, reconhecendo a complexidade do problema e propondo estratégias como reassentamento, provisão de habitação, acesso à terra e implementação de infraestruturas sociais essenciais (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2021).

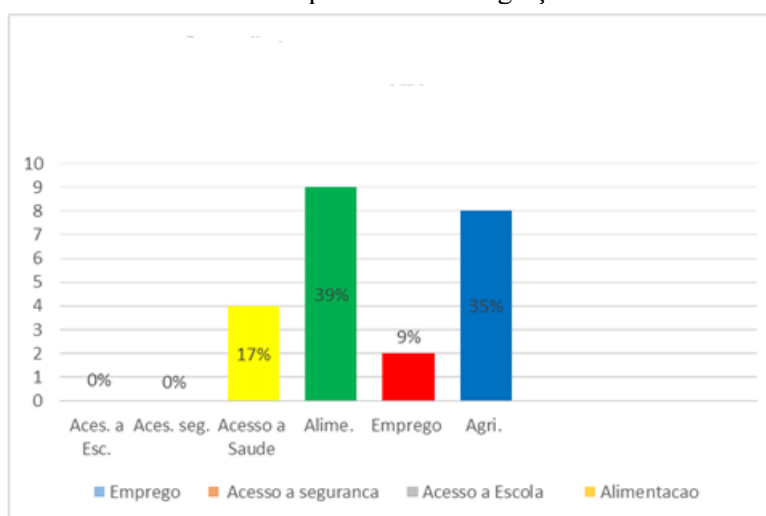
Apesar dessas iniciativas, persistem desafios significativos, incluindo a sobrecarga dos serviços públicos nas comunidades de acolhimento, problemas ambientais e deficiências nos sistemas de saneamento. Em complemento aos esforços governamentais, o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), em parceria com instituições locais e internacionais, tem desenvolvido projetos voltados para soluções sustentáveis para os deslocados, com especial atenção às vítimas do terrorismo em Cabo Delgado. Tais ações reforçam a necessidade de uma resposta coordenada e multissetorial, capaz de assegurar a reintegração digna, sustentável e estável dessas populações (Chichava, 2020; Feijó et al., 2022; Chingotuane et al., 2021).



DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS DESLOCADOS

Com o objetivo de compreender os principais desafios enfrentados pelos deslocados no processo de integração socioeconômica, foi formulada uma questão específica dirigida aos inquiridos do Centro de Acolhimento de Malica. A análise das respostas revelou uma diversidade de percepções, refletindo a visão dos próprios deslocados sobre os obstáculos mais significativos à sua reintegração social e econômica. As informações coletadas foram sistematizadas e apresentadas graficamente, permitindo uma análise detalhada das percepções quanto ao acesso ao emprego, à terra para agricultura, aos serviços de saúde e à segurança alimentar (Chichava, 2020; Feijó et al., 2022; Chingotuane et al., 2021).

Gráfico 10. Desafios no processo de integração socioeconômica



Fonte: Moisés; Maloa (2025).

Os dados analisados indicam que a alimentação constitui o principal desafio enfrentado pelos deslocados, afetando 39% deles, resultado da escassez de alimentos e da forte dependência da ajuda humanitária (Chichava, 2020; Feijó et al., 2022). Este problema está intimamente relacionado à dificuldade de acesso à terra para a prática agrícola, impactando 35% dos deslocados, evidenciando uma barreira estrutural à autonomia alimentar. O acesso aos serviços de saúde também se apresenta como desafio, atingindo 17% dos deslocados, em função da limitada disponibilidade e qualidade desses serviços. Já o emprego, com 9%, é marcado por restrições legais, discriminação e falta de qualificação, contribuindo para a exclusão dessa população do mercado de trabalho formal (Kelley, 2021; Caetano et al., 2022b).



A insegurança alimentar é agravada pela escassez de terras cultiváveis e pelos conflitos relacionados à sua ocupação, refletindo desafios históricos enfrentados desde a independência (Manjate, 2020). A saúde é essencial para o bem-estar e produtividade, porém o acesso limitado compromete a qualidade de vida dos deslocados. O emprego, por sua vez, é fundamental para restaurar a dignidade, desenvolver habilidades e garantir autonomia, sendo a escassez de oportunidades responsável por aprofundar a pobreza e a exclusão social (Kelley, 2021). Como destacam Caetano et al. (2022b), a falta de terra e de apoio técnico e financeiro constitui um obstáculo significativo ao exercício de atividades geradoras de renda para subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no Centro de Acolhimento de Malica evidencia que os deslocados enfrentam desafios socioeconômicos significativos, com destaque para a insuficiência de apoio financeiro, acesso limitado à terra e insegurança alimentar. A prática agrícola, embora considerada a principal fonte de subsistência, é limitada pelas pequenas dimensões das machambas e pela escassez de recursos produtivos. Apenas 9% dos deslocados recebem algum tipo de apoio financeiro, enquanto a maioria depende do governo ou de formas incertas de assistência (Chichava, 2020; Feijó et al., 2022). Essas condições refletem a fragilidade estrutural da integração socioeconômica, demandando atenção urgente das autoridades e parceiros sociais.

Além das questões econômicas, os deslocados enfrentam dificuldades no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e habitação adequada. Conflitos com as comunidades locais pelo uso da terra intensificam a vulnerabilidade e dificultam a convivência pacífica. Tais tensões, manifestadas por meio de insultos, isolamento social e agressões, indicam que o acolhimento, embora necessário, ainda não promove inclusão social efetiva. A ausência de políticas públicas consistentes contribui para a perpetuação da exclusão, limitando as possibilidades de reconstrução de vidas com dignidade (Mosca et al., 2024).

Diante desse cenário, torna-se necessária uma atuação articulada entre o governo, a sociedade civil e os parceiros humanitários, visando soluções sustentáveis para os deslocados. Entre as estratégias propostas destacam-se: garantia de acesso seguro à terra, apoio à agricultura sustentável, capacitação profissional e promoção de políticas públicas inclusivas.



A mediação comunitária e o fortalecimento da coesão social também são medidas fundamentais para reduzir conflitos e fomentar a convivência harmoniosa (Ager; Strang, 2008).

Portanto, os principais desafios enfrentados pelos deslocados em Malica incluem insegurança alimentar, desemprego, acesso precário à saúde e limitações na prática agrícola. As intervenções existentes ainda se mostram insuficientes, tornando imprescindível o reforço de estratégias de apoio que garantam condições de vida dignas e sustentáveis. A participação ativa da população deslocada, por meio de cooperativas, grupos de apoio e capacitações, aliada ao fortalecimento das ações da sociedade civil, representa um caminho promissor para promover a integração socioeconômica e a recuperação da dignidade das comunidades afetadas pelo terrorismo em Cabo Delgado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGER, A.; STRANG, A. Understanding integration: a conceptual framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, p. 166–191, 2008.

ARTUR, L. **Deslocados climáticos e conflitualidades em Moçambique**. Maputo: Observatório do Meio Rural, 2024.

ASSANE, A.; ROANEQUE, N.; UANIHEQUE, W. **O contributo da ajuda humanitária aos deslocados do conflito armado em um centro de reassentamento na região norte de Moçambique**. 2023. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/699990189/O-contributo-da-ajuda-humanitaria-aos-deslocados-do-conflito-armado-em-um-centro-de-reassentamento-na-regiao-norte-de-Mocambique>. Acesso em: 25 dez. 2025.

BOLETIM DA REPÚBLICA. Resolução n.º 42/2021, de 8 de setembro. **Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos (PEGDI)**. Moçambique, 2021.

CAETANO, J.; ATUMANE, A.; ULAIA, R.; MASSENA, P. F.; GERENTE, B.; RHONGO, D.; MIGUEL, D. Integração socioeconómica dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado: um olhar sobre os projectos de geração de renda para auto-sustentabilidade das famílias deslocadas. **Revista Eletrónica de Investigação e Desenvolvimento (REID)**, 2022a, p. 1–17. DOI: <https://doi.org/10.70634/reid.v2i13.172>.

CAETANO, J.; ATUMANE, A.; ULAIA, R.; MASSENA, F.; GERENTE, B.; RHONGO, D.; CHIHANHE, A.; MANANZE, A.; MACHAVA, P. Agricultura familiar e sustento rural em Moçambique. **Revista de Desenvolvimento Rural**, v. 8, n. 1, p. 45–62, 2022b.

CHICHAVA, S. **Os primeiros sinais do ‘Al Shabaab’ em Cabo Delgado**: algumas histórias de Macomia e Ancuabe. Maputo: IESE, 2020.

CHINGOTUANE, E.; SIDUMO, E.; HENDRICKS, C.; NIEUWKERK, A. **Strategic options for managing violent extremism in Southern Africa**: the case of Mozambique. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021.



FEIJÓ, J.; MAQUENZI, J.; SALITE, D.; KIRSHNER, J. Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no norte de Moçambique ao longo do ano de 2021. **Observador Rural**, n. 127, ago. 2022.

GONÇALVES, O. **Migrações e desenvolvimento**. Porto: CEPES; Fronteira do Caos Editores, 2008.

KELLEY, N. **Pessoas forçadas a se deslocar: história, mudanças e desafios**. Canadá: ACNUR, 2021.

KIBREAB, G. Pulling the wool over the eyes of the strangers: refugee deceit and trickery in institutionalized settings. **Journal of Refugee Studies**, v. 17, n. 1, p. 1–26, mar. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1093/jrs/17.1.1>.

MOSCA, L.; ABBAS, M.; FEIJÓ, M. **Factores de conflitualidade em Moçambique**. Maputo: Instituto de Estudos de Segurança/OMR, 2024.

PIRES, Rui Pena - O problema da integração. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXIV, 2012, p. 55-87.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Estratégia Nacional da OIM para Moçambique: avaliação multi-sector de locais**, Roda 5, Niassa. Maputo: OIM, 2021.

RAQUEL, A. O deslocado interno como conceito: da formação de uma categoria às implicações do termo. **Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil**, v. 8, p. 1–14, 2019. DOI: <10.12957/neiba.2019.41867>.

ZETTER, R. **Protection in crisis: forced migration and protection in a global era**. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2022. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/research/protection-crisis-forced-migration>. Acesso em: 25 dez. 2025.